

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE

Cintia Baião Barros Tavares; Laíza Kamila Dos Santos Silva; Orientadora Aparecida Carneiro Pires

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG) - cintiabdeb@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG) - laizakamillapedagogia@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG) - acppedagoga@yahoo.com.br

Resumo

A historicidade da educação traz em si marcas de exclusão de pessoas com deficiência, pobres e mulheres perpassando a Grécia antiga a Idade Média. O contexto educacional brasileiro, é delineado por constantes transformações devido às mudanças na sociedade, logo, torna-se imprescindível novas práticas inclusivas para atender as especificidades e particularidades para potencializar o desenvolvimento integral, destes sujeitos, e consequentemente, a aprendizagem significativa. Diante disso, faz-se necessário refletir sobre a educação inclusiva nas escolas, bem como as políticas públicas que assegurem os direitos dos sujeitos com deficiências e transtornos no âmbito educacional. O percurso metodológico, deu-se a partir da pesquisa bibliográfica, à luz das ideias dos teóricos como Carvalho (2012), Aranha (2006), Rodrigues, Capellini, Santos (2014), Oliveira (2009) e documentos como a Constituição Federativa (1988), Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). A partir desse estudo observou-se a falta de conhecimento dos professores para atuar no contexto educacional na perspectiva da educação inclusiva, porquanto necessita de saberes específicos os quais corrobora com a corporeidade da sua prática e para uma inclusão efetiva.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Aprendizagem Significativa, Formação de Professores.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva, no que se refere a inclusão do sujeito com deficiência e transtornos, é um reflexo de mudanças significativas no cenário educacional em virtude da constante busca em atender as necessidades educacionais desses sujeitos, assim, como, sua inserção no ensino regular, promover o desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, superando as limitações que são ocasionados pelo pela deficiência ou transtorno.

Diante disso, podemos enfatizar como um direito substancial a todos o brasileiro que consideramos uma conquista significativa o direito à educação, o qual está assegurado na em seu artigo 205, Constituição Federal de 1988.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Por conseguinte, os avanços obtidos no âmbito da Educação é resultante de uma progressiva sistematização, e reivindicações que viabiliza novas propostas articuladas com os direitos humanos, para garantir e subsidiar a educação de qualidade no país. Partindo do pressuposto da educação como um direito básico, é relevante destacar que as Políticas Públicas, são leis fundamentais para garantir o acesso dos educandos na escola, contudo somente o acesso, não é suficiente.

Diante disso, é indispensável pensar a educação como um direito de todos. Mas quem está enquadrado nesse todo? O pobre, a elite, o homem, a mulher, as pessoas com deficiência, as pessoas sem deficiência?.Vejam, durante o percurso histórico da educação, alguns momentos são pertinentes para refletirmos, como a sociedade torna-se excludente.

No contexto escolar, a criação de Leis é de fundamental importância, como sua efetivação, para suscitar a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, aspirando a inserção destas para desenvolvimento de suas habilidades e potencialidades, como otimizar sua integração na vida social.

Assim, consideramos relevante a discussão acerca da inclusão na formação dos profissionais que atuarão na educação, porquanto nesta pesquisa compreende a inclusão de sujeitos com deficiência e transtornos na sala de aula. Além das Leis que asseguram a inclusão, é fundamental a formação inicial e continuada dos professores, porquanto a educação inclusiva necessita de saberes específicos as quais corrobora com a corporeidade da sua prática e para efetiva inclusão.

Para tanto, a base metodológica baseou-se na pesquisa bibliográfica, fundamental para conhecimento do tema proposto. Foram realizadas buscas de informações em livros e artigos da internet que deram fundamentação e base a esta pesquisa. Contém um embasamento Teórico nas ideias dos autores Carvalho (2012), Aranha (2006) Rodrigues, Capellini, Santos (2014), Oliveira (2009) e documentos como a Constituição Federativa (1988) Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996)

Neste artigo, nos propomos refletir o percurso histórico Educação Inclusiva e a formação do professores para a efetiva inclusão.

Para fins de estruturação, conceituaremos inicialmente a inclusão, mostraremos as leis que preconizam inclusão no contexto escolar. Em seguida, a relevância da formação inicial e continuada do professor para efetivar a inclusão dos sujeitos com deficiência e transtornos a sala regular.

METODOLOGIA

Para a construção da presente pesquisa utilizamos como abordagem metodológica a pesquisa bibliográfica que segundo (ano, p. 55) “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, etc. Desse modo, selecionamos os materiais a partir dos objetivos propostos.

PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva é aspira a ressignificação e o empoderamento das pessoas que socialmente foram excluídas, assim podemos assinalar que a inserção de sujeitos com transtornos ou deficiências no contexto educacional, é uma conquista significativa para reafirmação das diferenças e da conquista do direito na democratização do ensino.

Faz-se necessário refletir historicamente sobre educação dos sujeitos com deficiências, transtorno e superdotação. Na Grécia Antiga, Segundo Aranha (2006) às crianças nascidas com deficiência era abandonada, e, sobretudo, submetidas às condições subumanas. Em relação a educação voltava-se para o preparo militar, com isso era impreterível crianças robustos. Nesse segmento, as pessoas com deficiência eram literalmente excluídas da sociedade, porquanto não atendia o padrão de exigências daquela cultura – jovens belos e preparados fisicamente - é notório que a educação nessa época, consiste em privilegiar apenas aos cidadãos gregos que eram a camada elitista restrita aos homens jovens.

Por conseguinte, no período Romano, a educação aristocrática centraliza na preparação dos jovens da elite para a guerra, assim como com algumas com destaque nas atividades intelectuais. Em continuidade, a educação na Idade Média direciona-se a formação religiosa, em decorrência disso acreditava-se que as crianças nasciam com deficiência seria responsabilidade dos pais devido a seus pegados, em vista disso, podemos assinalar que nessa época a deficiência era relacionado a negatividade, nos quais seriam uma punição divina.

Neste momento histórico a educação restringia aos homens. Nessa época, tinha a educação restrita aos homens de ofício; como alfaiate, ferreiro, entre outros, porém com o tempo os mais pobres foram sendo excluídos por não poder pagar a taxa para esta modalidade de educação (ARANHA, 2006).

Ante ao exposto é perceptível que a educação limitava-se somente aos homens que faziam parte da elite e conseqüentemente que não apresentasse nenhuma deficiência. Mediante a essa ponderação fica evidente que a história da educação traz em si marcas de exclusão como conseqüência de ideologias preconceituosas as quais marginalizaram as pessoas pobres, mulheres e quem tinha deficiências, quem estivesse fora desse padrão social, eram excluídos e seus direitos.

O conceito de deficiência passou por três paradigmas durante a história da humanidade, segundo Rodrigues; Capellini; Santos, (2014, p. 2-3) são eles: segregação, integração e inclusão.

O primeiro fundamenta-se na ideia e na concepção de que o estudante da educação especial não é produtivo e estaria bem cuidado se mantido em ambiente segregado, como institutos, manicômios, hospitais etc. O segundo caracteriza-se por um processo de avaliação na qual uma equipe de profissionais fariam a intervenção e o encaminhamento para a vida na comunidade, deste modo, há uma expansão de escolas especiais e centros de reabilitação. O terceiro está presente nos dias atuais, parte do pressuposto que o estudante da Educação Especial tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos.

Mediante as ideias dos autores supracitados são nítidos as concepções acerca do conceito de deficiência baseada na segregação, ou seja, no isolamento das pessoas com deficiências, marcadas pela excludência, inferioridade e na limitação somente ao cuidado assistencial, à vista disso, a interação social nesse contexto possui um caráter de inexistência, e apóia a ideia errônea (quem tem deficiência deve estar em ambiente separado da sociedade e em local específico como manicômios).

Nessa acepção, a integração tenta superar a segregação, todavia, o indivíduo permanece segregado do mesmo jeito. No âmbito escolar se não houver promove a interação entre os estudantes - com deficiência e sem deficiência – o sujeito permanece isolado, porque ambos estão no mesmo espaços, mas continuam segregados.

Em contrapartida, a inclusão no âmbito escolar tenciona e da subsídios em várias dimensões e promove o direito de convivência com os demais na escola, possibilitando o

desenvolvimento cognitivo, físico, afetivo e social, em contrapartida, a inclusão de alunos com deficiência permite inseri-los em suas múltiplas dimensões, neste sentido, compreende-se o aluno como um sujeito capaz de aprender, e desenvolver suas habilidades. Além disso, existem os recursos físicos que para incluir efetivamente são imprescindíveis são os recursos materiais, humanos, melhoria de estrutura arquitetônica.

Partindo disso, a inclusão no âmbito escolar possibilita a interação dos educandos com e sem deficiência, tendo em vista, aguçar o desenvolvimento das potencialidades, habilidades, além de afirmar as diferenças no âmbito escolar, de modo, a ser necessário compreender estes como sujeitos capazes de construir suas própria aprendizagens e se desenvolver socialmente em coletivo com os demais, rompendo com as ideias preconceituosas.

Apoiando-se nessa discussão e com enfoque no cenário educacional vigente, faz-se necessário refletir novos horizontes que propiciem de fato a inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular, assim como dá a devida importância para garantir o acesso e a permanência destes, assim como, o desenvolvimento destes para a vida social, estão assegurados no Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015, p. 20) em seu Art, 28, inciso II – “aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena”

Deste modo, é importante compreender a inclusão é relevante para rompimento de estigmas, os quais transpassam vários séculos e décadas marcados pela exclusão de direitos, e segregação socialmente destes sujeitos

O movimento pela educação inclusiva é decorrente da promulgação da Constituição de 1988, que instituiu o princípio da educação como um direito de todos, aspirando ações políticas, sociais e pedagógicas, suscitando o direito de todos os educando de aprenderem juntos, possibilitando a interação e a valorização das diferenças, de modo que, estas sejam com ênfase no respeito, e na cidadania (RODRIGUES; CAPELLINI; SANTOS, 2014).

Em decorrência disso, a Lei no 13.146/2015 Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no Capítulo IV – Do Direito à Educação em seu art. 27, Parágrafo único, garante: “É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com

deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. Ante ao exposto, é preciso refletir sobre a educação como direito de todos, sendo uma conquista relevante para a educação brasileira, no entanto, é preciso além do acesso, é primordial da o suporte necessário a todos, e considerar existe uma diversidade de sujeitos.

Deste modo, é inevitável considerar que as pessoas com deficiências estão amparadas legalmente, pois conquistaram vários direitos por meio das lutas dos movimentos que defendem a educação inclusiva, essas conquistas são de fundamental importância, no entanto, Carvalho (2012) faz um crítica a inclusão efetivamente e considera que a inclusão predominam nos textos escritos e verbais de gestores e professores. Nesta perspectiva, defende:

Quando nos dispomos a criar culturas inclusivas nas escolas, estamos (re)construindo a comunidade escolar levando-a a gerar valores democráticos e de reconhecimento das diferenças e ao entendimento do sentido e do significado de trabalharmos na diversidade, aprendendo dela (CARVALHO, 2012, p.63).

Neste sentido, a autora faz refletir sobre a alteridade existente da inclusão teoricamente e como é efetivada na escola, nas quais nem sempre estão em consonância e para isso é importante a construção de uma cultura realmente inclusiva, que reconheça as diferenças no âmbito escolar.

Considerando o trabalho educacional na diversidade é relevante assinalar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas objetivando sustentar a participação e a aprendizagem de todos, sem discriminações. Por conseguinte, iremos refletir o Transtorno do Espectro Autista e as possibilidades e desafios do seu ingresso no ensino regular.

Nesta perspectiva, a responsabilidade da educação dos sujeitos com deficiência e transtornos não é somente da escola, dos professores, da família, mas também dever do Estado garantir uma educação de qualidade a todos os indivíduos, principalmente as pessoas com deficiências que em si enfrentam diversas barreiras cotidianamente para estar na sala de aula, sejam por faltas de suporte de materiais, de acessibilidade, ou de profissionais qualificados que atuam na educação. E assim, são encontrados diversos desafios na efetivação da educação inclusiva. Infelizmente cria-se uma ideia romantizada da escola inclusiva, mas na prática esta constitui-se em passos lentos.

Com a universalização do ensino, incubindo o Estado, a família e a sociedade a educação de qualidade a todos os sujeitos, nesta perspectiva, a inclusão o Estado, a escola e a sociedade a viabilidade de inserir no âmbito escolar ações que possibilite a inclusão, traçando estratégias e práticas norteadores que assegure incluir de fato o educando com transtorno ou deficiências, sem segregá-lo.

Por consequência, a inclusão de pessoas com deficiências, transtornos ainda é desafiador para os professores, porque exige conhecimentos específicos que nem sempre a graduação consegue suprir as lacunas que existentes, nesse contexto, observa-se a importância da formação continuada dos professores.

no contexto escolar, porquanto exige uma formação qualificada e humana dos profissionais, para tais especificidades, e, diversidades encontradas no âmbito educacional, de modo a contribuir significativamente para a formação dos sujeitos cidadãos, ciente que esse é o objetivo da escola a formação dos indivíduos perante a sociedade.

Nesta perspectiva, segundo Oliveira (2009, p. 37) enfatiza sobre a trabalhar na diversidade:

Assim, discutir a formação do professor para ensinar na diversidade, respeitando e atendendo às necessidades individuais de todos os alunos, implica resgatarmos alguns pressupostos legais e teóricos do movimento pela inclusão social e educacional dos alunos com necessidades especiais

A Formação dos profissionais que irão atuar na educação pautada na diversidade e na sensibilização para a inclusão dos alunos com deficiência é de essencial para desenvolver uma prática significativa, coerente e participativo com esses indivíduos, sendo relevante a formação contínua para estar preparado para atender a diversidade e as especificidades do alunos na totalidade.

quconjunta desde sua especializada para lidar com estes indivíduos durante toda a sua construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades.

Para que se efetive a inclusão é preciso superar muitos desafios, é primordial que haja uma reestruturação do currículo escolar, capacitação dos professores, para que esses saibam lidar de forma adequada com esses indivíduos, passem a contribuir de forma positiva e significativa com o processo ensino-aprendizagem.

Em decorrência disso, a formação de professores em Educação Especial enfrenta, na atualidade, sérios desafios em nosso país, originários tanto do contexto problemático das reformas propostas

Porém, observa-se atualmente em sala de aula são profissionais que exercem a função de professor sem ao menos ter conhecimento suficiente para atender a demanda de alunos, assim como não compreendem a importância desse papel a ser exercido com estes indivíduos, nota-se uma carência nesta função que deve ser exercido por pessoas capacitadas e especializadas na área para estar atuando, desse modo desenvolvendo em conjunto com os alunos um processo de aprendizagem. Em decorrência da falta de conhecimento dos professores na maioria das vezes acabam segregando os alunos com deficiências, e transtorno.

Nessa acepção, novas concepções são atribuídas diariamente ao espaço educacional, compreendendo a complexidade das dificuldades encontradas, a mediação docente é primordial para adequação de novas metodologias que possibilite o processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos.

A mediação docente é imprescindível no processo de inclusão em sala de aula, com o ensino de atender as especificidades dos alunos com deficiência, transtornos processo de construção de aprendizagem, porquanto o professor é o mediador desta ação educativa para isso necessita ter uma formação habilitada, e para além disso buscar um aperfeiçoamento profissional, desde sua formação inicial a formação continuada.

De tal modo, na concepção da Educação Inclusiva é necessário além do direito ao ensino regular, a garantia do direito e o suporte da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), fundamentado no direito preconizado na Lei nº 9.394 de 1996 – Lei de diretrizes e bases da educação nacional (LDB) assegurando o “atendimento aos educandos com necessidades especiais e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público”.

Posto que, os alunos com Necessidade Educacionais Especiais necessitam de um acompanhamento com professores especialista, para subsidiar no processo de aprendizagem, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelos professores do ensino regular para criar metodologias diversificadas para englobar todos alunos.

Ao pensar na formação de professores aptos a lidar com essa demanda de inclusão do aluno com deficiência em sala de aula, vemos a importância desse profissional possuir de

conhecimento mais afundo sobre o seu papel e seu desempenho, ampliando seus conhecimentos, ressignificando suas práticas. A obrigação da escola é de dispor de profissionais especialista que estejam disponíveis para esse aluno, em sala de aula e em contraturno oferecendo atendimento educacional especializado na sala do AEE.

Vale salientar que este profissional precisa ser auxiliado na construção de suas práticas, por parte de todo o apoio escolar, pois sozinho não consegue efetivar esse processo nem garantir uma educação de qualidade e nem tampouco inclusiva, daí a importância do diálogo entre professores da sala de ensino regular e da sala de AEE, para possibilitar a aprendizagem dos alunos:

É sabido que a criança com deficiência tem direito ao professor de ensino regular e ao professor especialista nas mais diferentes necessidades, para que assim possam fazer um trabalho em conjunto e garantir o ensino de qualidade para esses indivíduos.

Entende-se por fim que muitos profissionais da educação ainda se encontra despreparado e que o mesmo tem o direito de ser capacitado, uma vez que a responsabilidade é sempre colocada em cima do professor, que muitas vezes é taxado de desinteressado, displicente, dessa forma desmotivando o profissional, porém a realidade é que não recebem formações nem incentivos para atender essa demanda, o que ocasiona um ensino sem qualidade, sem instigar o desenvolvimento desses alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O referido estudo permitiu-nos a realização de uma reflexão mais detalhada acerca do percurso histórico da Educação Inclusiva, e os avanços significativos por meio das Políticas Inclusivas, porém, apesar de avanços significativos o processo de inclusão de pessoas com deficiência e transtornos caminha a passos lentos.

Em relação a formação dos professores, evidenciou-se a relevância da formação continua para aprimoramento de conhecimentos teóricos e metodológicos para compreender suas limitações e especificidades para promover interação social e a aprendizagem significativa, e conseqüentemente, o desenvolvimento de suas potencialidades e habilidades. Para tal modo, a importância do profissional docente nesse percurso de construção e aprimoramento do saber, é indispensável para suporte a estes sujeitos assistido e reavaliação de suas práticas educativas.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da educação e da pedagogia: geral e Brasil*. 3. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1988.

_____. *Estatuto da pessoa com deficiência* – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2015.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996

CARDOSO, M. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. In: MOSQUERA, J.; STOBAÜS, C. (orgs.). *Educação especial: em direção à educação inclusiva*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. 5. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

DENARI, Fatima Elisabeth, SIGOLO, Silvia Regina R. L. Formação de professores em direção à educação inclusiva no Brasil: dilemas atuais. In: POKER, Risomar Bortolini, MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira, GIROTO, Claudia Regina Mosca (orgs). **Educação Inclusiva: em foco a formação de professores**. São Paulo. cultura acadêmica, 2016.

Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/educacao-inclusiva_ebook.pdf> acesso em: 01/02/2018.

NUNES, L.R.O.P. *A formação do professor especialista*. São Paulo: Vozes, 1998.

RODRIGUES, Olga Maria Piazzentin Rolim; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; SANTOS, Danielle Aparecida do Nascimento dos. **Fundamentos históricos e conceituais da Educação Especial e inclusiva**: reflexões para o cotidiano escolar no contexto da diversidade. Unesp. 2014.

Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155246/1/unesp-nead_reei1_ee_d01_s03_texto02.pdf> Acessado em: 16/maio/2018.



PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: Métodos e Técnicas da pesquisa Acadêmica**. 2ª ed. Novo Hamburgo: Feeva, 2013.

ZANATA, Camila, TREVISO, Cristina Vanessa. **Inclusão Escolar: conquistas e desafios. Cadernos de Educação: Ensino e Sociedade**, Bebedouro-SP, 3 (1): 15-30, 2016. Disponível em: <<http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/40/25042016154154.pdf>> acesso em: 27/04/2018..